

Polícia pára investigações

Davi Zocoli

Greve dos policiais civis se estende até terça-feira, quando uma nova assembléia decidirá se a paralisação será prolongada

Delegacias vão funcionar em regime de plantão e só registrarão ocorrência nos casos de crimes hediondos

MARCIA DELGADO

Nem mesmo promessa do governo em atender algumas das reivindicações dos policiais civis impediu que eles paralisassem suas atividades. Em assembléia ontem de manhã, em frente ao Palácio do Buriti, a categoria decidiu entrar em greve até a próxima terça-feira, quando se reúne para definir se o movimento terá continuidade. Neste intervalo, as delegacias funcionarão em regime de plantão, sem viaturas nas ruas nem trabalho investigativo, salvo nos casos de crimes hediondos.

O Instituto de Medicina Legal (IML), segundo informou o Sinpol (Sindicato dos Policiais Civis), também pára suas atividades burocráticas, mas não deixará de fazer a remoção e liberação dos corpos. Nas delegacias, apenas os crimes hediondos vão ser registrados. Até a próxima terça-feira, somente as ocorrências consideradas graves serão

investigadas e, nas penitenciárias, está suspensa a visita dos presos.

A greve não foi a proposta apresentada pelo Sinpol na assembléia. Representantes da entidade que, anteontem, haviam conseguido que o governo promettesse atender algumas das reivindicações da categoria, queriam que os policiais decidissem manter o estado de greve até a próxima terça-feira e. Neste período, continuaria a pressão contra o GDF para outras conquistas.

Acabou vitoriosa a proposta de greve, apresentada por policiais ligados à base. O presidente do Sinpol, Hugo de Souza Silva, garante que não saiu derrotado da assembléia, que, segundo cálculos da entidade, reuniu 1.200 policiais (a PM estimou que eram cerca de 600). "O fundamental nisto tudo é que a categoria tomou conhecimento das propostas do governo", salientou.



EM ASSEMBLÉIA em frente ao Buriti, policiais civis entram em greve mesmo recebendo proposta positiva do governo

Na segunda-feira, o GDF prometeu atender pelo menos dois pontos da pauta de reivindicação dos policiais civis, que somam cerca de 3.200. Um deles é o restabelecimento do desconto de 6% do INSS para

1.800 policiais, que ganharam ações na Justiça garantindo este percentual e não o de 12%. O outro é o pagamento do adicional noturno de dezembro último, que está atrasado.

Hugo Silva garante que o

governo ficou de estudar também o pagamento de horas extras e da GOE (Gratificação de Operações Especiais). De nada adiantou colocar os avanços das negociações para os policiais na assembléia. Passou

a proposta de greve. O movimento, segundo Hugo, não vai prejudicar as investigações dos crimes hediondos, entre eles, o assassinato da estudante Taina Katiúscia, queimada viva em Ceilândia.